

ENTRE CONFRONTOS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE POPULAR: ALGUMAS PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIAS EM FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Nicolas Bautès*

Lenise Lima Fernandes**

Marcos David Burgos***

AMONG CONFRONTATIONS AND CHALLENGES IN BUILDING POPULAR LEGITIMACY: SOME PERSPECTIVES ON THE RESISTANCE MOVEMENTS IN THE SLUMS OF RIO DE JANEIRO

RESUMO

Este artigo aborda movimentos de resistência protagonizados pelos moradores das favelas Morro da Providência, Rocinha e Morro dos Prazeres, na cidade do Rio de Janeiro. Tais ações se acirraram na última década face ao aprofundamento das contradições inerentes ao capitalismo, quando medidas autoritárias de gestão de conflitos sociais na cidade foram intensificadas como suporte à ofensiva neoliberal, para aumentar a rentabilidade do capital e conter as disputas pelo uso e o controle do espaço urbano. As referências empíricas utilizadas são provenientes, sobretudo, do diálogo entre ativistas de favelas e estudiosos vinculados a propostas de pesquisa e extensão universitárias, que acompanham a luta pela efetivação do direito à cidade junto aos segmentos mais pobres da população. Tal abordagem propiciou a diversidade das fontes e dos métodos utilizados para a coleta das informações necessárias.

Palavras-chave: resistência; política urbana; favelas; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This article discusses resistance movements carried out by residents of the Morro da Providência, Rocinha and Morro dos Prazeres favelas, in the city of Rio de Janeiro. Such actions have intensified during the last decade in reaction to the deepening of the inherent contradictions in capitalism, as authoritarian management of social conflicts have intensified in the city in defense of the neoliberal offensive, to increase capital's profitability, in order to contain disputes and control the use of urban space. The empirical references utilized are

* Professor Adjunto em geografia, Universidade de Caen Basse-Normandie (França). Pesquisador visitante (FAPERJ) no Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania (FACI), Escola de Serviço Social, UFRJ (dezembro 2012-novembro 2013). Email : n.bautes@gmail.com

** Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ. E-mail: leniself@uol.com.br

*** Doutorando em Sociologia, CUNY/ New York. Professor no Departamento de Sociologia, John Jay College of Criminal Justice, CUNY. E-mail: marcosburgos@gmail.com

derived mainly from the dialogue between activists and favela scholars working on research proposals and university extension programs, and who are accompanying the struggle for the realization of the right to the city for the poorest segments of the population. This approach led to a diversity of sources and methods used to collect the necessary information.

Keywords: resistance; urban policy; slums; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Aposto que dentro de 15 anos, se as tendências atuais continuarem, todos os morros no Rio de Janeiro agora ocupados por favelas serão cobertos por condomínios com vistas fabulosas sobre a baía idílica, enquanto os antigos moradores da favela terão sido removidos para alguma remota periferia (HARVEY, 2008: 36-37).

Este artigo desafia e aprofunda a análise acerca de algumas características frequentemente apresentadas sobre movimentos sociais em favelas, na configuração contemporânea dos problemas urbanos no Rio de Janeiro. Buscamos problematizar as relações estabelecidas entre estes grupos e levantar reflexões sobre como eles enfrentam os complexos jogos de interesses que atualmente marcam o espaço desta cidade. Como suporte empírico às reflexões que serão apresentadas, consideramos três favelas cariocas, diferentemente atingidas pela brutalidade das transformações socioespaciais desencadeadas no contexto da inserção do Rio de Janeiro no competitivo mercado global das metrópoles. Observamos alguns aspectos das suas formas de organizar, agir e enfrentar os poderes dominantes, desafiando as condições efetivas de condução das políticas urbanas, ditas participativas.

No Brasil, o acesso à habitação e à cidade tem sido historicamente submetido a interesses capitalistas e patrimonialistas. Assim, por fatores históricos de natureza política e econômica, entre outras, medidas para ampliar e efetivar estes direitos são constantemente minadas. A ditadura militar, imposta à nação brasileira entre 1964 e 1985, contribuiu decisivamente para refrear as propostas de reforma agrária e urbana delineadas ainda ao início dos anos de 1960, aprofundando a condição que já caracterizava esta sociedade, desde quando ainda Colônia (TURRADO, 2012): a alta concentração da terra nas mãos de poucos e grandes proprietários.

Expectativas de reverter as enormes disparidades geradas por esta característica estrutural foram alentadas com a redemocratização da política brasileira, a incorporação de princípios defendidos pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana (no capítulo *Política*

Urbana da Constituição Federal de 1988 e nos instrumentos destinados a regulamentar direitos ali reconhecidos), em face da recomposição e ampliação dos movimentos sociais organizados na luta para efetivar tais direitos. Porém, as orientações políticas e econômicas impostas pelo fortalecimento do projeto neoliberal no país, após 1990, confrontaram progressivamente o teor democrático destes princípios, corroendo avanços anteriormente observados em direção à universalização dos direitos sociais, incluindo o direito à cidade (LEFEBVRE, 1991). Testemunhamos, assim, o acirramento das disputas entre uma perspectiva que defende a função social da cidade e outra que almeja sua transformação em mercadoria, interferindo diretamente nos pressupostos que orientam as relações sociais materializadas no urbano: a produção da cidade (e dos distintos elementos aí envolvidos) não deve, então, orientada a partir de seu valor de uso, mas, sim, pelo potencial de seu valor de troca.

Inserida nesta engrenagem, a cidade do Rio de Janeiro é palco de conflitos cada vez mais acirrados. Assim, como outras metrópoles do mundo, desde 2002 a cidade carioca atravessa um acelerado movimento de transformação e especulação, impulsionado por investimentos ligados à estratégia de desenvolvimento urbano articulada ao objetivo de preparar a cidade para receber consecutivos eventos esportivos de caráter internacional: os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Porém, o acompanhamento da dinâmica política e econômica brasileira expressa na esfera urbana, para além dessa última década, nos permite afirmar que tais estratégias buscam viabilizar a realização de interesses que ultrapassam o propósito de transformar o Rio de Janeiro em uma cidade Olímpica: os investimentos e o marketing vinculados à promoção destes eventos atendem a demanda de valorização do capital observada mundialmente, mas aqui parcialmente se reconfiguram ganham sob características históricas da cultura política brasileira, na medida em que estas dinâmicas são capturadas por uma parcela da elite nacional e transformadas em oportunidade ímpar para viabilizar interesses específicos, há muito tempo alentados, em detrimento de interesses públicos de amplo alcance.¹

É no contexto destes processos que a reorganização de fortes movimentos sociais de resistência, especialmente relacionados à população residente nas favelas, deve ser enfocada. Tais ações e movimentos revelam uma heterogeneidade tão ampla, no conjunto da cidade, quanto a natureza dos projetos urbanísticos destinados a cada área, a organização sociopolítica e o contexto que particulariza estas localidades. Nossa asserção é que as situações observadas nas favelas estudadas reúne uma ampla gama de atores, tanto endógenos e exógenos –

associações de moradores, favelados, ativistas, ONGs e outros - que se afirmam, mobilizam e organizam em diferentes fases da implementação das políticas públicas destinadas a elas e a outras favelas cariocas. Igualmente, os mecanismos adotados pelo poder público para absorver e reconfigurar preocupações e demandas locais da população, transcrevendo-as nos projetos que lhes são apresentados, são tão diversos quanto as próprias formas e dinâmicas de resistência e mobilização social que visam enfrentar, negar ou buscar reorientar estes projetos, variando ainda pela correlação de forças estabelecida entre os atores envolvidos, muitas vezes desviando os objetivos principais inicialmente expressos.

A questão da resistência surge, aí, intimamente ligada à construção do reconhecimento público da legitimidade e da capacidade dos movimentos sociais para ajustar as estratégias de ação contestatórias na dinâmica de complexos jogos de poder. Se, conforme Routledge (1992: 602), “a pesquisa do movimento social contemporâneo tem se concentrado principalmente nos objetivos, na organização e no sucesso de determinadas lutas, prestando pouca atenção à forma como o caráter e a agência dos movimentos são mediados pelo espaço”, parece-nos relevante entender como “movimentos sociais autônomos emancipatórios de lugares específicos” (Routledge (1992: 602) agem em contextos de fortes processos de dominação.

Para apresentarmos nossas reflexões sobre este assunto, iniciaremos a presente contribuição destacando brevemente elementos significativos que marcaram o contexto atravessado pelo Rio de Janeiro nesta última década. Em seguida, apresentamos três experiências de resistência popular que revelam o acirramento das disputas pela cidade, observado nestes últimos anos. A partir das lutas e resistência organizadas face à implementação do projeto Morar Carioca na favela Morro da Providência, inscrita na intervenção de maior escala projetada para a zona portuária pela operação consorciada Porto Maravilha, ampliamos, em seguida, o foco de nossa análise sobre aspectos ali identificados, cotejando esta referência com a realidade enfrentada por moradores do sub-bairro do Laboriaux, na favela Rocinha, e do Morro dos Prazeres, em Santa Teresa, distintamente atingidos pelas transformações urbanas em curso.

Os dados utilizados neste artigo foram coletados majoritariamente entre 2009 e 2013, através de distintas dinâmicas, com ampla variedade de “participantes”: observação, entrevistas diretas e/ou depoimentos informais com moradores de favelas que enfrentaram ameaças de despejo, representantes de organizações não governamentais, profissionais diversos (assistentes sociais, engenheiros, arquitetos e advogados) e representantes do poder público. Fontes secundárias consideradas relevantes também foram examinadas. Embora reconheçamos que estas três áreas específicas não representem a complexidade dos jogos

sociopolíticos que hoje cruzam e transformam os movimentos sociais em toda a cidade, consideramos que o enfoque nestas experiências nos permite trazer à luz alguns elementos de análise interessantes ao aprofundamento do debate nesta temática.

A INSERÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO COMPETITIVO MERCADO GLOBAL DE METRÓPOLES

Ao final do século XIX, Engels (2010) já indicava uma profunda relação entre a cidade e o modo de produção em que ela está inserida, com o qual interage dialeticamente. Do mesmo modo, as cidades hoje aparecem como locais privilegiados para observar as principais mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que marcaram as últimas décadas, já que, como mencionado por CASTELLS, “assuntos urbanos são [...] vanguarda de conflitos políticos contemporâneos, e políticas se tornaram o coração do processo urbano” (1983: XV). A reorganização geral do modo de produção capitalista, o crescimento acelerado dos fluxos humanos, a integração simbólica e financeira nos mercados globais e as reformas políticas levaram a uma nova visão do fenômeno urbano, tanto no que diz respeito à forma das cidades quanto no que se refere ao grau em que distintos processos socioeconômicos as estruturam.

Quando observamos as formas assumidas por estes espaços urbanos, verificamos mudanças ocorridas sob o efeito combinado da dinâmica do mercado e das políticas do governo, acentuando as divisões e diferenças internas dentro da cidade (SANTOS, 1996). As disparidades no acesso ao emprego e, mais ainda, aos serviços básicos de equipamentos públicos e de lazer tendem a definir os grupos, uns em relação aos outros. Os moradores de favelas, entre estes distintos grupos, vivem cotidianamente submetidos às condições mais desfavoráveis neste variado leque de padrões de vida. Além disso, são envolvidos – porque expulsos dos locais que até então habitavam – em processos de gentrificação, planejados ou espontâneos, de acordo com determinados critérios, muitas vezes mobilizados para promover a relativa igualdade de renda, classe ou grupo étnico num dado território (ARANTES, 2000). Observamos, portanto, a ocorrência de um duplo processo: fragmentação e separação socioespacial, simultâneas ao crescimento e ao aumento da capacidade financeira concentrada nas cidades. Este paradoxo nos chama a prestar especial atenção a distintos contextos locais que integram o cenário metropolitano, onde estas mudanças sociais se manifestam.

A cidade do Rio de Janeiro, embora conhecida internacionalmente por seus atrativos turísticos, também aparece frequentemente associada a expressões de corrupção, desigualdade, violência, pobreza e segregação socioespacial, muitas delas demonstradas em elevados níveis de degradação humana e ambiental. Este cenário é acentuado por uma cultura

política patrimonial e por duas interrupções significativas no processo democrático, que historicamente dificultaram a formação e o amadurecimento de um Estado capaz de se estabelecer como fórum aberto, ainda que nos limites do capitalismo, aos diferentes interesses públicos da sociedade. No que diz respeito à ação do governo em escala local, isso se traduz em contradições significativas, decorrentes de posicionamentos políticos que sequer impedem o agravamento das condições de habitação e acesso ao trabalho, entre outras.

Se a extensão da pobreza urbana no Brasil e, portanto, no Rio de Janeiro, não aparecem claramente nos dados estatísticos oficiais, os últimos 20 anos têm revelado a força dos processos de desigualdade e segregação, bem como a reestruturação e reorientação da ação do governo para mascarar esta realidade². Esse fenômeno muitas vezes leva a conflitos e exigências por uma distribuição mais equitativa da riqueza, com emprego estável e salários que permitam a realização das necessidades básicas do trabalhador: saúde, educação, lazer, transporte e moradia. Sobretudo no que se refere a esta última, as demandas pelo enfrentamento dos problemas de habitação concentram-se na urbanização participativa das favelas da cidade, no processo de regularização fundiária de áreas consideradas informais e na criação de alternativas de moradia para a parcela da população sem-teto. Essas tensões nos levam a questionar o papel do Estado, especialmente na área da produção do espaço urbano, já que observamos seus limites, em geral deliberados, no empenho para reverter as dinâmicas que provocam e aprofundam distintos processos de segregação³.

Desde os anos 1990, com o desenvolvimento do Plano Estratégico I (1995), os mandatos governamentais responsáveis pela gestão da cidade do Rio de Janeiro têm buscado inseri-la no contexto das competições interurbanas globais⁴. A perspectiva da organização da cidade para recepcionar megaeventos esportivos, ressaltada anteriormente neste trabalho, foi acentuada na última década e considerada essencial para a inserção do Rio de Janeiro no mercado econômico internacional sob a orientação da mundialização do capital, que transforma as cidades cada vez mais em *commodities*. Este é, aliás, um dos principais objetivos ao redor dos quais foram elaborados os planos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro (PECRJ): "Rio Sempre Rio" (1995), "As Cidades da Cidade" (2005) e "Pós-2016: o Rio Mais Integrado e Competitivo"⁵. Estes planos atribuem centralidade às atividades de turismo e entretenimento, usando a retórica global do desenvolvimento sustentável, das cidades criativas, da economia cultural (CAMARGO, 2011). Nesse contexto, as políticas formuladas pelas diferentes esferas do estado e os projetos delas decorrentes seguem uma metodologia *ad hoc*, ou seja, cada um deles devendo se adaptar ao objetivo geral de tornar a cidade do Rio de Janeiro uma mercadoria atraente na comercialização de cidades.

A viabilização da “venda” da imagem do Rio neste mercado simbólico, articulada pelos planos estratégicos, produz um tipo de cidade que, cada vez mais, funciona como uma empresa, administrada através de um novo tipo de gestão, designado por HARVEY (1996) como "empreendedorismo urbano". Neste contexto, a gestão corporativa das questões urbanas favorece que para ela conflua a importante contribuição de investimentos públicos nesses eventos. Através desta estratégia, seus representantes não vendem a cidade pelo que ela é, por sua genuína e legítima diversidade, mas sim pela forma na qual a eles – ou, antes, aos projetos que representam – interessa que ela apareça. A perspectiva de uma cidade aparentemente sem pobreza torna-se, assim, um ideal que justifica o desalojamento de populações pobres, como HARVEY aponta, "em alguma periferia distante". Ao invés de conter e reverter as expressões de tamanha contradição social no urbano, esta opção as transfere para diferentes escalas e espaços da mesma cidade, ou, eventualmente, para outras cidades e regiões.

A estratégia utilizada para tornar a cidade mais atraente, como mencionamos, inclui a revitalização/renovação de espaços urbanos específicos. Embora se destaque nas áreas consideradas formais da cidade, este tipo de intervenção cada vez mais recai de modo muitas vezes devastador sobre os lugares ocupados pela população mais pobre, tanto em áreas centrais como periféricas. No caso do Rio, isso se traduz numa atuação inédita – pela dimensão e pela retórica que a justifica –, inicialmente endereçada a favelas localizadas em áreas consideradas estratégicas por comportarem equipamentos diretamente envolvidos na dinâmica dos eventos esportivos (estádios, alojamentos, etc.), mas, na sequência, também àquelas situadas em espaços que encerram significativo potencial para lazer e atrações turísticas, arenas de consumo cultural e, em especial, investimentos imobiliários.

Neste contexto, as ações públicas dirigidas às favelas combinam distintas propostas, articuladas sob a lógica de cada vez mais capturar estes espaços no circuito formal da economia. Em termos de urbanização de favelas, o programa *Favela-Bairro* foi substituído pelo *Morar Carioca*. Definido em 2010, este programa é proposto como meta ambiciosa para urbanizar todas as favelas da cidade até 2020. O *Morar Carioca* foi projetado para ser uma continuação da modernização das favelas, iniciada pelo *Favela-Bairro*. Ao mesmo tempo, desde 2007, o governo federal brasileiro, atuando em conjunto com o governo do estado do Rio de Janeiro, vem implementando os programas de urbanização PAC 1 e PAC 2 em favelas como Rocinha, Manguinhos e Complexo do Alemão, escolhidas por representarem importantes superfícies urbanas onde se materializa uma ampla diversidade de contradições na cidade. Parte significativa das intervenções destinadas às favelas se concentram, de fato, na Zona Oeste, nas favelas da Zona Sul e nas favelas ao redor do centro histórico do Rio de

janeiro, incluindo a área do Porto e nos lugares próximos às infraestruturas esportivas sinalizam uma complexa gama de possibilidades. Com isso, a população de baixo poder econômico vai sendo progressivamente empurrada ao consumo, ao mesmo tempo em que a pobreza é transformada em mercadoria, inclusive como atração turística⁶.

Para assegurar os objetivos desta estratégia, as favelas vêm se tornando alvo cada vez maior de uma política de segurança que antecede a própria imagem desejada para estes lugares no mercado, interferindo diretamente na produção dos mesmos⁷. A transformação urbana de certas favelas faz parte, então, de um movimento de revisão simbólica, e não de iniciativas comprometidas com os reais interesses da população local, que busca pela efetivação de seus direitos de cidadania, que deveriam compreender o direito à cidade.

Até recentemente, a maior parte das favelas do Rio de Janeiro se encontrava em estado avançado de privação e abandono. Enquanto a maioria delas continua na mesma situação ou são removidas sem efetivas negociações com seus moradores⁸, outras agora se tornaram alvos essenciais para a construção desta nova imagem da cidade. Assim, até aquelas iniciativas consideradas a princípio mais positivas⁹ têm se revelado hostis para uma parcela considerável dos moradores tradicionais destas áreas porque, vindo desacompanhadas de outras medidas e políticas que as suportem e preservem seus objetivos iniciais, acabam produzindo efeitos contrários e perversos na realidade que deveriam aprimorar. Também faz parte da imagem mercadológica sobre a cidade a exploração de seu marco mais significativo: a beleza natural. A exaltação deste atributo foi decisiva na seleção do Rio de Janeiro para sediar os eventos internacionais mencionados e, além disso, para beneficiar o tombamento de sua paisagem cultural urbana, em 2012, como Patrimônio Mundial¹⁰. O grande volume de investimentos da UNESCO e os impactos previstos para o tecido urbano exigiriam uma discussão ampla das questões e polêmicas envolvidas, mas os projetos têm sido concebidos e implementados de forma autoritária e tecnocrática, ameaçando até mesmo a permanência de comunidades historicamente estabelecidas e que, até então, tinham sua existência legitimada¹¹.

Críticas feitas por vários movimentos populares e diversos atores sociais apoiadores desta luta vêm expondo a falta de transparência nos projetos e intervenções. Populações residentes especialmente nas favelas, nos bairros da classe trabalhadora e nos subúrbios participam neste debate. Assim, Oliveira (2003) argumenta que estamos vivendo em um estado de exceção¹², revelado pela irregularidade dos despejos forçados, sobretudo de favelados. A relatora especial da ONU, Raquel Rolnik, denunciou a ilegalidade e arbitrariedade dessas remoções em ampla escala. Ativistas de favelas, a mídia alternativa e um

número crescente de acadêmicos têm apontado para a gentrificação destes espaços, sobretudo os que se localizam na zona sul e na região central do Rio de Janeiro.

Refletindo distintas reações à imposição desta lógica, é inegável o acirramento dos confrontos entre moradores de favelas e poder público, sobretudo a partir de 2009¹³, quando a cidade passou a ser administrada por duas gestões consecutivas (uma ainda em curso) do prefeito Eduardo Paes. Desde então, observamos a radicalização das ações das instituições municipais diante das formas populares de apropriação e uso do espaço, em nome do reestabelecimento da ordem urbana, concomitante à intensificação de projetos de revitalização de áreas de maior interesse especulativo na cidade¹⁴. É neste quadro que deveremos entender a reconfiguração dos movimentos populares de resistência que pretendemos aqui enfocar.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E RESISTÊNCIA POPULAR: OS DESAFIOS À MERCANTILIZAÇÃO DA CIDADE EM TRÊS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

A preocupação do poder público para com o acirramento dos embates pelo direito à cidade encontra no quadro atual de mobilizações populares um sentido concreto. Se a década de 1990 foi destacada como período de refluxo dos movimentos sociais organizados, esta situação foi progressivamente alterada a partir do início do século XXI. As forças dominantes de poder se materializaram, desde então, principalmente através de grandes projetos urbanos que reforçam, de forma evidente, a viabilização de interesses privados com o suporte decisivo das ações implementadas pelo poder público em suas diferentes escalas.¹⁵ Em contrapartida, o aumento da visibilidade do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e sua penetração nas áreas urbanas, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e de uma variedade de outras frentes de luta organizadas tem trazido de volta a vitalidade da participação popular para além dos espaços institucionais que lhes foram resguardados pela “abertura democrática” das instituições brasileiras.

Neste contexto, observamos que a busca pela ampliação do direito à cidade aos segmentos mais pauperizados da população - em alguns casos, com clareza dos limites impostos pela atual ordem econômica à realização plena deste objetivo - é dinamizada e fortalecida através do aprofundamento da aproximação entre movimentos sociais, organizações da sociedade civil, ativistas autônomos, entidades técnicas e acadêmicas que, contrapondo os interesses dominantes, se solidarizam e assessoram a população para que estas sejam capazes tanto de contestar e denunciar as ações abusivas e arbitrárias encampadas pelas próprias instâncias de gestão públicas, quanto de elaborar propostas de intervenção alternativas que, de fato, contemplem seus interesses¹⁶.

A referência às experiências de três favelas, que destacamos a seguir, se torna então pertinente na medida em que nos possibilita identificar alguns dos aspectos que as atravessam e que, por caracterizarem a permanente tensão na disputa do espaço em metrópoles o Rio de Janeiro, nos parecem relevantes para adensar o debate sobre a busca do reconhecimento da legitimidade das lutas populares pelo direito à cidade, adensando uma perspectiva que ultrapasse os limites deste direito na sociedade capitalista.

O Morro da Providência, frente da luta contra a renovação urbana na zona portuária

Localizada no bairro da Gamboa, esta favela é considerada uma das mais antigas do Rio de Janeiro (Abreu 1994: 37-39). Desde o início dos anos 2000, tem sido objeto de diversas ações urbanísticas do poder público municipal para inscrevê-la na dinâmica de revitalização cultural e patrimonial. Os projetos reestruturação urbana destinados a este espaço visam a valorização simbólica e socioeconômica dos elementos figurativos da cultura material, social e simbólica locais (igreja, capela, mirantes e reservatório de águas do período da escravidão), de modo a estimular a articulação entre os bairros da zona portuária (Gamboa, Santo Cristo, Saúde), caracterizados por forte heterogeneidade econômica, social e cultural. As críticas aos efeitos e limites do programa Favela-Bairro, ali implantado em 2005 e expressas por vários atores (organizações populares, acadêmicos, ativistas), foram pouco divulgadas, em parte devido à dupla influência do narcotráfico na área junto aos moradores e na esfera política.

Porém, esta situação mudou após a ocupação do Morro pelas forças militares que prestavam “segurança” à execução do projeto *Cimento Social*¹⁷, desde 2007. Em julho de 2008, o Rio de Janeiro foi sacudido pela notícia do assassinato de 3 jovens moradores do Morro da Providência, entregues aos traficantes do Morro da Mineira, integrantes de facção rival à do tráfico na Providência, após serem presos por forças militares presentes no local. Em protesto contra os militares, mais de cem moradores da Providência seguiram a pé em direção do Palácio Duque de Caxias, no Centro da cidade, onde está baseada a sede do exército da região oriental do Rio de Janeiro (Comando Militar do Leste), acompanhados de 50 trabalhadores do programa de reabilitação que permaneceram em greve durante vários meses. Esta situação deu origem ao julgamento de 11 militares acusados do homicídio dos 3 jovens e levou o Ministério da Defesa a impedir a permanência do Exército na favela.

Manifestações e discursos que estabelecem exigências para ouvir a "voz das pessoas" das favelas são frequentemente deslegitimados pelas forças políticas. Após as reações contra a ocupação militar na favela, o então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, declarou à imprensa

que o protesto das pessoas era, na realidade, forçado pelos traficantes. Segundo ele, a ocupação do exército no local enfraqueceu a facção criminosa que dominava a comunidade, o que teria motivado as manifestações contra o exército: "É mais do que claro, não é novidade para ninguém e, infelizmente, tem sido um longo tempo desde traficantes e ladrões cruéis controlam a vida da maioria dos trabalhadores que vivem em favelas, porque eles não têm outra opção" (Jobim, em O GLOBO 16/08/2008). Tal declaração pública é uma expressão clara de como os moradores das favelas são tratados, de modo, geral pelo Governo. Não só aparecem como "massa de manobra", sem serem tratados como cidadãos, mas também seus protestos são desqualificados, criminalizados e transformados em oportunidade para que o governo reforce discursos contra a existência de favelas: "Contanto que não haja discussão em torno de projetos que poderiam *desfavelizar* Rio de Janeiro, o Estado não vai controlar esses setores populares completamente. Estamos à beira de uma guerra civil. A população não tolera mais a violência da cidade. A *desfavelização* é necessário agora, urgente, para que possamos evitar um desastre futuro na cidade" (Jobim, em O GLOBO, 16/08/2008). As tensões evidenciadas pelo episódio de 2007, de fato inserido num amplo contexto de abuso de autoridade e de violência cometidos pelo próprio Estado contra a população nas favelas, tornaram-se ainda mais nítidas após a entrada da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no local, em 2010, antecipando a implementação do Programa Morar Carioca. A partir de então, ao invés da tão prometida "paz", a favela mergulhou numa nova situação de permanente conflito, agora amparada pelas forças de controle do poder público.

No Morro da Providência o Programa Morar Carioca previa, então, um investimento de 131 milhões de reais para "beneficiar" cerca de 5.500 moradores¹⁸, correspondendo à parte da intervenção urbana destinada às favelas no contexto de implementação da "Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro" (OUCPRJ), conhecida como Porto Maravilha. Além de infraestrutura, com a implantação de novas redes de água, esgoto e drenagem, as obras planejadas na Providência visavam a construção de uma área de lazer, um teleférico e um plano inclinado para facilitar a circulação e a acessibilidade dos moradores. O teleférico propõe interligar o Morro com a Central do Brasil e a Cidade do Samba, através de três estações. O plano inclinado pretende ligar a Ladeira do Barroso à Praça da Igreja do Cruzeiro, localizada na parte alta da favela. Com recursos da Prefeitura através do Programa Minha Casa, Minha Vida, a Prefeitura prometeu construir 1.061 novas moradias, em sua maior parte fora da Providência e sem precisar os locais previstos, para acolher famílias que vivem em áreas "de risco" e que devem ser reassentadas.

Outra proposta retomada é transformar a comunidade num ponto turístico, construindo um centro histórico e cultural na área que abrange a Ladeira do Barroso, a Igreja Nossa Senhora da Penha, o Antigo Reservatório e a Capela do Cruzeiro. Para viabilizar a esta ação, a Prefeitura previa inicialmente a “realocação” de 832 casas. Esta proposta, que dissimulava uma remoção brutal, a princípio justificativa a demolição destas casas (140 delas removidas em janeiro de 2013) pela melhoria da qualidade de vida na comunidade. Sob este enfoque ameaçava 42 casas localizadas no sub-bairro conhecido como “Centro Histórico” da favela que, segundo a Prefeitura, obstruíam importante paisagem urbana da favela, escondendo um oratório construído no século XIX, situado no ponto mais alto do Morro. Quando a resistência local impôs que os órgãos municipais recuassem, decidindo não tocar nas casas no entorno do oratório, a justificativa do “risco”¹⁹ voltou a ser levantada para explicar os despejos previstos em outras partes da favela, com base em um mapeamento geológico implementado pela GEO-RIO e a Concremat Engenharia, de 2010²⁰. Partindo desta avaliação, a totalidade das casas da área da Pedra Lisa (551), situada na base do Morro da Providência, foram então marcadas para serem demolidas. Tal estratégia indica o retorno de uma política dissimulada de erradicação das favelas, prática recorrente do poder público carioca (SOARES, 2013).

A perspectiva inicial de despejo de 800 famílias do Morro da Providência vem despertando, desde o lançamento oficial desta operação em 2009, a organização de lideranças comunitárias e outras inúmeras reações, desencadeando uma crescente mobilização popular. Este movimento integra uma frente de lutas contra a injustiça do tratamento dispensado pelo poder municipal aos moradores da favela da Providência e entorno. Esta frente se estruturou a partir do Fórum Social Urbano, realizado no Rio de Janeiro em 2010, e discute estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro. O “Comitê Popular da Copa e Olimpíadas”, que agrega vários movimentos da sociedade civil organizada e foi criado em março de 2010, no âmbito do Fórum Social Urbano no Rio de Janeiro, deslumbrava, em 2012, 24 favelas sob a ameaça direta de despejos com relação aos megaeventos no Rio, o que atingiria mais de 7 000 famílias²¹. Na zona portuária, os despejos previstos vêm ocorrendo principalmente na favela do Morro da Providência e ao redor, direcionadas a prédios abandonados que foram ocupados há longo tempo por segmentos da população em busca de moradia.

A ameaça de remoção de parcela significativa das residências desta favela pode ser descrita através das trajetórias dos grupos envolvidos na luta pelo reconhecimento do seu direito à moradia. Esta forma de resistência conta com o apoio da justiça, que ocupa um papel fundamental na avaliação da legalidade da intervenção do poder público. De fato, na decisão

judicial divulgada dia 2012/11/28, no Processo da Ação Civil Pública impetrada posteriormente Pelo Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, foi determinada a suspensão das obras do Projeto Morar Carioca e a prática de qualquer ato tendente à demolição ou perturbação da posse dos imóveis ocupados pelos moradores, conforme consta no texto da decisão²². Diante da incapacidade da Prefeitura de fornecer um estudo de impacto social e ambiental do projeto Morar Carioca, a justiça estadual agravou a liminar que paralisava as obra do Morar Carioca, na exceção das obras do teleférico, finalizadas em abril de 2013. A mobilização da justiça como recurso de apoio aos moradores aconteceu no âmbito de um amplo movimento de resistência que tem se fortalecido ao longo dos três últimos anos, ultrapassando os limites desta demanda específica nos momentos que a articula à luta pela moradia e contra as remoções na cidade do Rio de Janeiro, adensadas neste mesmo ano. Na área específica do Morro da Providência, os questionamentos tecnicamente fundamentados apresentados pelos moradores e apoiadores da luta já conseguiram fazer com que a própria GEO-RIO, em relatório oficial, reduzisse para 70 as situações consideradas de risco em diversas áreas da favela. Algumas destas situações seguem sendo averiguadas e indicam a possibilidade de defesa da permanência das moradias.

Apesar de demonstrar a capacidade de se constituir como contra-poder, a contestação tende a ser atravessada por complexos jogos políticos que de alta conflitualidade para além do próprio poder público. Torna-se relevante, portanto, entender as estratégias individuais e coletivas - formais e informais - que em certas circunstâncias podem fragilizar a própria dinâmica da resistência. Portanto, temos que retomar o contexto da organização, no Morro da Providência e nos seu entorno, de uma dinâmica de resistência de amplitude.

As múltiplas escalas da resistência aos projetos urbanos do Morro da Providência

Em março de 2011, o “Comitê Popular Rio pelo Direito à Cidade pela Democracia e Justiça Urbanas” deu início a uma serie de mobilizações, debates públicos e estabeleceu relações com a relatora Especial da ONU para moradia adequada. O movimento, desde então caracterizado por sua dimensão transversal, vem reforçando a visibilidade de um movimento social de resistência que conta com a participação de organizações históricas das lutas urbanas: Fórum Nacional de Reforma Urbana, NUTH, Pastoral das Favelas e grupo de trabalho sobre Conflitos do Conselho das Cidades, entre outros. A missão do Comitê²³ é registrar denúncias de casos de violação do direito à cidade, a luta pela exigência do direito à moradia e à cidade, e debater a criação de um espaço institucional de mediação de conflitos:

A missão apontou a falta de transparência nas ações do poder público e a

truculência nas remoções. Elencou como ações necessárias a garantia da indenização justa, englobando o valor do solo urbano independente da situação fundiária, e a opção de reassentamento na mesma área. Apontou ainda a necessidade de divulgação dos projetos, realização de audiências com as comunidades envolvidas e imediata suspensão dos despejos. Solicita a constituição de um espaço institucional de mediação de conflitos no município do Rio de Janeiro. (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS, *Ibid.*).

Em agosto de 2008 o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro decidiu lançar o Núcleo de Mediação e Resolução de Conflitos nas áreas atendidas por UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora)²⁴. Quando implantado no Morro da Providência, este núcleo contou, num primeiro momento, com a participação de representantes de ONG's que assumiram um papel mediador entre poder público e moradores. Diante da dificuldade de construir relações com o poder público e com base no relatório de violações de direitos no âmbito da implementação do projeto Morar Carioca²⁵, moradores e ativistas iniciaram, em Janeiro de 2011, um movimento independente de resistência, criando o Fórum Comunitário do Porto.

Desde então, o Fórum constituído de moradores, pesquisadores e ONG's, se propõe como espaço de denuncia das violações do direito à moradia dos moradores da Providência frente da justiça. Apesar de tal apoio judicial, a atuação do Fórum Comunitário do Porto se estabelece num contexto sociopolítico que revela, ainda que nem sempre de modo explícito, fortes pressões por parte do poder público para combater e deslegitimar todo movimento de resistência. Exemplo desta postura é observado no encaminhamento dado pela Prefeitura que, apesar da decisão de justiça, procedeu através de retribuições e negociações individuais ou da intervenção de mediadores ameaçando os moradores reticentes a sair de suas casas. A própria dinâmica revela contradições internas e externas na esfera dos movimentos sociais.

Fragilidade da resistência na sociedade política: cooptações e jogos de interesses

A postura da Prefeitura, destacada anteriormente, tende a revelar um duplo processo, aparentemente contraditório: de um lado, conduz à fragilização da resistência, aumentando a dificuldade de agregar um número significativo de moradores na luta contra o projeto; do outro, o próprio contexto de luta e resistência aparece abrir novas possibilidades de atuação, com espaços a negociações direitas, onde se destacam trajetórias políticas de alguns moradores. O poder da informação, tanto do lado dos rumores que atravessam a esfera local, quanto do lado da atuação da mídia, seja independente, ou dominada pelos principais grupos de impressas, vem complexificar ainda mais a estratégia dos movimentos de resistência.

O exemplo aqui apresentado permite destacar a permeabilidade dos papéis e funções

que ocupam os ativistas. Longe de designar uma categoria homogênea de atores inscrita em confrontação com o estado, este grupo se fragmenta em partes, uma funcionando de maneira contestatória, enquanto outra pode servir a interesses contraditórios de diferentes maneiras. A estrita esfera da resistência, legitimada pelos movimentos sociais, aparece limitada na sua capacidade de representar a voz de todos; para serem visíveis, têm a capacidade de congrega e captar apoios e recursos sociais junto às demais organizações de luta e de defesa dos direitos dos cidadãos; mas tem também, para ganhar visibilidade, que representar um alvo central das pressões que atravessam a luta política.

Ao longo de sua atuação, o Fórum Comunitário do Porto vem funcionando como espaço central da luta no Morro da Providência. Uma das críticas frequentemente observadas em torno desta mobilização reside na predominância de universitários e ativistas exógenos, em proporção aos moradores que participam das reuniões e dos debates do Fórum. Esta realidade é mencionada por um membro da Central dos Movimentos Populares (CMP) que integra o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, que atribui pouca credibilidade ao Fórum. Ciente desta dificuldade, no âmbito deste espaço tem sido encaminhado que uma Comissão de moradores, representantes diretos do Morro da Providência, assumam um papel central mais efetivo, assumindo o protagonismo que lhes cabe na validação das decisões desta organização. As controvérsias que atravessam os debates nesta esfera da resistência revelam a situação de permanente desafio posta pelas pressões e ameaças que a população recebe da parte de membros ou de representantes não oficiais da Prefeitura.

Em meio a estes percalços e na linha de frente do esforço de resistência democrática, o Fórum tem sido enfraquecido pela dificuldade de mobilizar um contingente mais significativo de moradores, num contexto de pressão crescente por parte do poder municipal, querendo negociar a sua “saída”. Esta situação, que não pode ser generalizada diante das rápidas mudanças conjunturais, aparece como um dos principais desafios postos aos movimentos de resistência. A visibilidade da organização conta, então, tanto como uma força que permite mobilizar recursos políticos e midiáticos diversos, quanto com uma certa fragilidade dado o nível de conflitualidade de interesses e de mediação que caracteriza o projeto urbano *Morar Carioca* e, portanto, a operação urbana Porto Maravilha.

Cabe notar aqui que este fenômeno não ocorre apenas no Rio de Janeiro, pois se observa em vários outros contextos, tanto no Brasil como no mundo afora²⁶, sendo característico do que OLDFIELD & STOKKE (2006) designam como “políticas polêmicas” ou como um “urbanismo de ocupação” (*occupancy urbanism*) (BENJAMIN, 2008).

Desafios à escala do conflito e ao papel ambíguo da visibilidade da luta

Tanto a Zona Portuária como, em certa medida, o Morro da Providência, tem sido o alvo de interesse de números observadores locais e internacionais. Matérias jornalísticas, publicações na rede Internet, mas também exposições fotográficas e eventos artísticos comunicam e divulgam a atualidade do conflito ao redor das obras implementadas pela Prefeitura em grande escala. Desde 2011, autoridades internacionais têm sistematicamente vigiado o aumento de violações dos direitos fundamentais dos habitantes. As reivindicações expressas por moradores e organizações de resistência começam, então, a se beneficiar do olhar de entidades como a ONU e a Anistia Internacional, que já publicaram diversos relatórios sobre tais situações. O blog *Rio on Watch*²⁷ consigna denúncias de violação dos direitos das favelas de Rio de Janeiro, a partir de relatos de líderes de comunidade, moradores de favelas. Em agosto de 2012, Williamson publicou um artigo²⁸ no *New York Times* junto com Mauricio Hora, fotógrafo ativista e morador do Morro da Providência. Intitulado "Em nome do futuro, o Rio está destruindo seu passado", o artigo enfoca a história do Morro da Providência e as consequências do projeto de remoções pelos grandes eventos internacionais.

O Rio está se tornando um pátio de recreio para os ricos e desigualdade cria instabilidade. Seria muito mais rentável para investir em melhorias urbanas que as comunidades ajudam forma por um processo participativo democrático. Isto fortaleceria a economia de Rio no final das contas e melhoraria sua infraestrutura enquanto também reduzindo desigualdade e autorizando a população afro-brasileira ainda marginalizada da cidade. (WILLIAMSON & HORA, 2012).

As reivindicações contra os megaprojetos urbanos entraram num novo cenário a partir de junho de 2013, em função da repercussão internacional das manifestações que aconteceram em diversas cidades brasileiras, dando visibilidade à mobilização social de contestação aos limites impostos pelo grande capital à função social da cidade, com destaque especial às metrópoles diretamente envolvidas na recepção dos jogos da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo, prevista para 2014. Sentindo e temendo o desgaste da imagem do Brasil, que deveria oferecer um ambiente “seguro” à realização destes eventos, as versões sobre os fatos, veiculadas pela da mídia dominante, não permitem destacar claramente a diversidade das reivindicações populares, nem os principais desafios postos à realização dos megaeventos e, menos ainda, das consequências sociais e contradições decorrente destes processos que certamente se somam ao precário funcionamento da democracia brasileira.

A Rocinha em perspectiva: movimentos e ações de resistência no Laboriaux

Na favela da Rocinha, e mais especificamente no sub-bairro do Laboriaux, observamos a organização de dois movimentos de resistência que, no contexto da luta contra políticas urbanas autoritárias, frequentemente se destacam e se combinam. A partir de investigação de campo conduzida desde 2009²⁹, abordaremos o movimento dos moradores deste local para colocar em perspectiva algumas das características que parecem singularizar o processo de resistência em curso no Morro da Providência.

Na década de 1970, como outras favelas cariocas, a comunidade da Rocinha se organizava para obter acesso à água encanada, saneamento básico e contra ameaças de despejo forçado. Entre este período e o início de 1980, diversas vitórias parciais foram conquistadas pelos movimentos de resistência locais, inclusive: a não remoção de parcela de seus moradores para áreas externas à Rocinha, a efetivação da primeira série de investimentos em urbanização e a mobilização de um segmento conscientizado da população que, em parte, permanece ativo.

Após estas primeiras referências aos movimentos sociais na Rocinha, passamos a tratar a realidade atual. Existe hoje uma pluralidade de formas de movimentos de resistência³⁰ que ali se manifestam, dependendo dos “contextos socioeconômicos e políticos em geral e das condições específicas” de cada favela (BAUTES & al. 2013: 2). Entretanto, enquanto ativistas da igreja católica local desempenharam um papel importante nesta área entre 1970 e 1980, os movimentos atuais de resistência na Rocinha são, em grande parte, comunitários.

O Laboriaux é um sub-bairro situado no topo da Rocinha, com vista deslumbrante da zona sul até Pedra da Gávea. Sua rua principal, Maria do Carmo, se estende por aproximadamente 1 km e o sub-bairro tem cerca de 3.700 moradores³¹. A urbanização do local pela Prefeitura foi iniciada em 1981 e o mesmo inaugurado em setembro de 1982, quando setenta e três famílias foram reassentadas em setenta e cinco casas (LEITÃO 2009: 97-98), devido à primeira grade obra de urbanização na Rocinha: a canalização de uma vala de esgoto na área hoje chamada “Valão”, onde essas famílias viviam (*Ibid*)³².

Em abril de 2010, chuvas torrenciais causaram centenas de mortes e enormes estragos no estado do Rio de Janeiro³³, oferecendo, principalmente à elite carioca, o pretexto ideal para iniciar uma nova época de remoções maciças em nome do *risco*³⁴. Observando o contexto mais amplo em que esta situação então se inseria, podemos afirmar que a iniciativa de despejar milhares de ‘favelados’ da zona sul e do centro da cidade fazia, na ampla maioria dos casos, parte de um plano maior para a ‘revitalização’ da cidade. Estas chuvas efetivamente geraram inúmeros efeitos sobre as moradias do Laboriaux, além da morte de duas pessoas. Nos dias seguintes, enquanto moradores ainda tentavam colocar suas vidas em ordem, o

prefeito Eduardo Paes declarou que iria iniciar um processo imediato de remoção de todas as casas localizadas no Laboriaux, considerada, então, uma área de risco. Os moradores, muitos deles ainda provenientes do reassentamento organizado pela própria Prefeitura em 1982, estavam chocados. Segundo Paes, do mesmo modo que ocorrera anos antes no Morro da Providência e, nesta mesma época, no Morro dos Prazeres, as situações de risco eram comprovadas por um laudo técnico realizado pela GEO-RIO³⁵. Na sequência das ações governamentais, o argumento da remoção foi despolitizado pela Prefeitura, que a apresentava, nestes casos, como uma questão simplesmente técnica, desencadeando diversos eventos, conflitos e movimentos na área.

A resistência maior, então, se iniciou quando os moradores se uniram para encarar os planos de removê-los. A ameaça de ter suas vidas interrompidas e transferidas para cantos distantes da cidade politizou o Laboriaux. Uma comissão de moradores imediatamente procurou a Pastoral das Favelas, o Conselho Popular e, em seguida, a representação legal do NUTH, na luta para permanecerem naquela localidade. Uma pequena organização local, Mundo Real, produziu um curta-metragem sobre as violações que atingiam a população com o apoio de alunos de pós-graduação de Nova York, enquanto outro grupo de moradores colaboraram com o engenheiro civil e ativista do Coletivo Técnico (NUTH) na elaboração de um contra-laudo. Através de relatórios feitos em visitas ao Laboriaux, foi contestada a validade dos resultados da GEO-RIO. Como na Providência, a grande mídia tentou deslegitimar a mobilização, vinculando a mesma à manipulação do tráfico local e causando certo pânico entre os moradores sobre uma possível invasão da polícia para apoiar a Prefeitura e desmobilizar a resistência.³⁶ Entretanto, os moradores não recuaram e acentuaram as mobilizações, participando em diversos protestos nas ruas e na própria comunidade³⁷.

Esta rápida e firme ação popular abateu a tentativa da Prefeitura quanto à remoção total e imediata dos moradores, que passaram a organizar mutirões de limpeza, trabalhando tanto com grupos externos à favela, como o Movimento Preserva Laboriaux, quanto com grupos locais, como Mundo Real. Esta ação servira à mesma finalidade que os mutirões dos anos 1970 e 1980, mostrando o compromisso da população com a própria comunidade, recusando as remoções e ressaltando a necessidade de investimentos e de uma urbanização participativa. Apesar desta parte da favela ter procurado e recebido apoio importante de fora, o movimento organizativo sempre teve base comunitária³⁸.

Depois de quase quatro anos, os resultados positivos da luta vêm sendo, em grande parte, acumulados. Desde 2011 a Prefeitura reabriu uma escola municipal que havia sido fechada e construiu muros de contenção ao longo da metade do bairro. Em agosto de 2013, a

rua principal foi pavimentada, pela primeira vez em 31 anos. No contexto destas tensões, cabe ressaltar o histórico protesto ocorrido no dia 22 de junho 2013³⁹, quando cerca de 4.000 moradores da Rocinha seguiram, em marcha, até o apartamento do governador Sérgio Cabral, no Leblon. No desdobramento do impacto causado por esta manifestação e no que parece uma conquista das mais importantes, o prefeito Eduardo Paes, também sob a pressão política de diversos movimentos contrários às remoções intensificadas nas favelas cariocas, finalmente visitou a comunidade e afirmou que não mais removeria a população local, prometendo, com o apoio do governador, que mais investimentos seriam feitos⁴⁰. Além disso, os moradores organizados, inspirados pelo ativista José Ricardo, conseguiram, dos governos estadual e federal a “promessa” de que o Laboriaux será incluído nas obras do PAC 2.

Como desdobramento desta dinâmica, a associação de moradores também está sendo reativada na tentativa de livrar o Laboriaux de outras associações consideradas polêmicas e controladoras, localizadas na parte baixa da Rocinha. Os moradores do Laboriaux são conscientes de que devem permanecer unidos porque, enquanto existem pessoas de baixa-renda permanecendo num espaço urbano cobiçado pelos interesses capitalistas, tudo é possível. Assim, ainda que a próxima ameaça de remoção não venha da Prefeitura, com respaldo da GEO-RIO, nada impede que ela se materialize nos tratores da especulação imobiliária. Portanto, os ativistas preveem que a resistência precisa incluir uma campanha educativa para informar e conscientizar os moradores sobre a pista resvaladiça da especulação imobiliária, da gentrificação (remoção branca) e acerca de maneiras viáveis para melhorar o lugar de forma a preservarem suas qualidades, história e cultura.

A Rocinha sem Fronteiras (RSF) é uma organização que começou a se reunir regularmente em 2006 como alternativa para informar e “conscientizar” os moradores locais sobre acontecimentos importantes na comunidade e seus direitos. As reuniões começaram antes da mobilização dos moradores do Laboriaux, mas foi apenas em 2011 que a Rocinha sem Fronteiras surgiu como um nexos para a maioria dos movimentos sociais progressistas da Rocinha, resultando no que BAUTES & al. descrevem: “intervenções públicas frequentemente funcionam por meio de processos ambos formais e informais marcados por desigualdades que provocam sentimentos de injustiça entre os moradores de favelas, que as levam a protestar” (2013: 2). De fato, em 2011 a Rocinha sem Fronteiras começava a se organizar em torno da questão das obras do PAC 1: mesmo sem terem cumprido o cronograma de conclusão, previsto para o final de 2010, estas obras haviam sido usadas em inúmeras campanhas e deixadas inacabadas, uma vez passadas as eleições estaduais e federais. Isso motivou grupos locais, como o Rocinha sem Fronteiras, a questionar o

desperdícios de recursos (como para a nova passarela), levantando uma mobilização contra os projetos inacabados (quase 1/3 até o final de 2013) e a falta de transparência e participação no programa. No início de 2013, foi anunciado que R\$ 1,6 bilhões seriam investidos, na Rocinha através do PAC 2, o que acentuou a mobilização da Rocinha Sem Fronteiras, já que as obras do PAC 1 não haviam sido finalizadas e porque cerca de no mínimo R\$ 500 milhões (1/3 dos recursos) do PAC 2 seriam destinados a um único projeto: o polêmico teleférico.⁴¹

Neste caso, sobretudo, a maioria da resistência centraliza-se em torno das reuniões, panfletagens, protestos e atividades da Rocinha sem Fronteiras. A RSF está na vanguarda da oposição do teleférico, que está sendo imposto pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP). O projeto do teleférico está indignando parte significativa da população da Rocinha, incluindo moradores do Laboriaux, que se queixaram da concentração de tamanho investimento em apenas um projeto, em detrimento de gastos que poderiam ser destinados ao Laboriaux e outras áreas periféricas da Rocinha. Em abril de 2013 Rocinha sem Fronteiras iniciou uma campanha fervorosa com o lema “Teleférico NÃO, Saneamento SIM!”, em que alguns moradores do Laboriaux têm participado ativamente. Para combater o argumento técnico favorito da EMOP, “que os moradores não entendem engenharia e então não sabem do que falam”, a Rocinha sem Fronteiras buscou assistência técnica do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro – que sediou debates e produziu relatórios criticando os aspectos técnicos e econômicos do teleférico.

Há vários outros grupos de ativistas e movimentos sociais engajados na Rocinha, uns de curta atuação porque surgem para responder a demandas específicas e outros de atuação mais duradoura, que juntos fazem parte da resistência, incluindo S.O.S Rocinha Saneamento, o Fórum Cultural da Rocinha e o importante movimento que deu origem ao participativo Plano Diretor da Rocinha, transformado pelo Estado na intervenção, “de cima pra baixo”, do PAC 1 entre outros. Houve também a mobilização (que ganhou apoios internacionais) dos moradores revoltados com o envolvimento de militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no caso de Amarildo de Souza, pedreiro e morador da favela que, detido em sua casa e conduzido à sede da UPP-Rocinha para averiguação, foi torturado e morto por policiais em serviço. Este crime, contestado como episódio isolado, acabou por desencadear um amplo processo de denúncias do tratamento abusivo ostentado pela Polícia Militar histórica e cotidianamente dispensado aos moradores desta localidade e em outras favelas brasileiras⁴².

Porém, não podemos deixar de destacar que, após algum tempo, observamos ser frequente a dissipação destes movimentos, em grande parte, por serem cooptados pelo Estado, por não serem inclusivos ou por tornarem-se individualistas (TOURAINÉ, 1978: 777-778,

784). De todo modo, o aprendizado e a memória das lutas e conquistas se mantêm presentes entre a população, estimulando e reanimando novas mobilizações.

Dinâmicas recentes da organização comunitária no Morro dos Prazeres

O Morro dos Prazeres se situa no bairro de Santa Tereza, que ocupa uma serra entre as zonas Sul e o Centro da cidade do Rio de Janeiro. Tendo o início de seu povoamento ainda no século XVIII, o bairro acolheu por longo tempo um segmento com alto poder aquisitivo, o que ainda se nota na presença de alguns antigos casarões, em pontos distintos da encosta. Passando a contemplar esta área em 1896 e permanecendo apenas nesta parte da cidade após 1968, o bondinho se tornou um dos símbolos do bairro que também abriga o acesso a um dos principais destaques mundiais nos cartões postais cariocas: o Cristo Redentor. Com o tempo, a população residente em Santa Teresa diversificou-se. Suas características históricas, turísticas e ambientais progressivamente atraíram intelectuais, artistas e outros integrantes da classe média. Após a década de 1940, parte de suas encostas passou a ser ocupada por pessoas sem condições de adquirir suas moradias pelos mecanismos formais do mercado imobiliário, trabalhadores das casas do bairro e outros expulsos do Centro pelo desmonte do morro de Santo Antonio, no início dos anos de 1950. Hoje, além do Morro dos Prazeres, favelas como Coroa, Fallet, Fogueteiro, Escondidinho e outras de pequeno porte compõem Santa Tereza.

As relações de vizinhança entre moradores dos Prazeres e “do asfalto”, no seu entorno, historicamente registram proximidades diversas, mas também tensões, estas últimas causadas, até 2011, sobretudo por intensos e constantes conflitos do tráfico de drogas (e entre facções rivais instaladas em favelas próximas) com a polícia. Além disso, a localização privilegiada do Morro dos Prazeres, que atinge um dos pontos mais altos da região e permite vislumbrar belos ângulos da paisagem da cidade, sempre instigou posturas preconceituosas e elitistas que defendem o acesso à moradia com vista panorâmica aos que podem pagar (caro) por ela.

Diversas situações ocorridas a partir de 2010 explicitaram tanto a empatia quanto os conflitos que acabamos de pontuar. As chuvas de verão, ocorridas neste mesmo ano, fizeram dezenas de vítimas em diversos pontos do Rio de Janeiro. Nos Prazeres, deslizamentos em 3 pontos diferentes da favela provocaram o óbito de 38 moradores. Nas horas imediatamente seguintes ao desastre, a população residente no Morro e entorno se mobilizou de distintas formas para prestar socorro às famílias e às vítimas soterradas, trabalho no qual a Defesa Civil se integrou, resgatando sobreviventes e corpos.

Entretanto, ainda em meio à consternação dos que perdiam parentes e amigos nesta ocorrência, o poder público municipal - aproveitando a fragilidade emocional dos moradores e

a comoção da população carioca diante das mortes que se somavam na cidade - transformou a tragédia em pretexto para justificar a completa remoção da favela, do mesmo modo que o fez na Rocinha, conforme já destacado, alegando estar assim protegendo os favelados de maiores desgraças⁴³. Com base em um parecer da GEO-RIO⁴⁴, definido em menos de 48 horas e apoiado apenas em 5 fotos aéreas, a Prefeitura anunciou a interdição de toda a comunidade, sem realizar laudos técnicos para distinguir áreas atingidas pelos deslizamentos e áreas não afetadas. Num evidente desrespeito às normas legais e sem dispor de dados que fundamentassem a remoção compulsória dos moradores, a Prefeitura enviou uma equipe ao local para emitir “autos de interdição”, pressionando os moradores a deixarem suas casas, sem oferecer-lhes opções concretas de moradia e sem registrar devidamente este processo.

Imediatamente, a Associação de Moradores procurou o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública e buscou respaldo para questionar a deliberação arbitrária do poder municipal, mobilizando o apoio de vários grupos organizados e instituições, entre elas a UFRJ⁴⁵. Neste processo, foram realizadas manifestações públicas (junto com moradores do Laborioux, igualmente ameaçados), produzidos levantamentos e estudos técnicos⁴⁶ nos meses seguintes para fundamentar as ações da Defensoria, visando garantir o respeito aos seus legítimos direitos. Assim, os moradores dos Prazeres fizeram a Prefeitura recuar em sua posição inicial, interromperam a demolição infundada das casas e exigiram a realização das obras necessárias para conter áreas vulnerabilizadas pelos deslizamentos recentes.

Ao longo desta dinâmica também foram fortalecidas as queixas dos moradores sobre a interrupção, em 2001, da primeira etapa das obras do Programa Favela-Bairro para ações de infraestrutura: pavimentação de vias, instalações para escoamento de águas pluviais e de saneamento básico, contenção de pontos considerados de risco a deslizamentos, recuperação de praças, e outras. O suporte técnico oferecido, sobretudo, pela Universidade e por grupos apoiadores chegou a produzir mapas de problemas diversos e permanentes; entre eles, alguns indicavam propensão ao risco de novos deslizamentos, a depender da intensidade das chuvas.

Em 2011, no decorrer destas ações que reaproximaram poder público e favela, ainda que de forma tensa e contestatória, foi implantada uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Morro dos Prazeres. Como em outras localidades, a aproximação das forças militares com o cotidiano da população desencadeou, inicialmente, o aumento das tensões na favela, ainda que não se manifestassem nos antigos tiroteios. Porém, as ações de controle e demonstração de poder da polícia militar, encaradas pelos moradores como autoritárias e abusivas, foram prontamente denunciadas e enfrentadas de forma organizada, já que a comunidade ainda se encontrava, até certo ponto, mobilizada pelas situações experimentadas no ano anterior. Esta

firme postura rendeu aos Prazeres, a partir de então, condições minimamente necessárias para estabelecer algum diálogo com as forças policiais impostas no local, promovendo a visibilidade da defesa ao respeito que o favelado merecia, enquanto cidadão, por direito.

Ainda em 2011, a atenuação das antigas ameaças, combinada ao reconhecimento da parcela de responsabilidade que cabia aos moradores na busca por melhores condições de habitabilidade (especialmente no cuidado individual e coletivo do espaço de uso público na favela⁴⁷), favoreceram que a mobilização alcançada deslocasse sua atenção para questões que, embora comuns a outras localidades do mesmo tipo, passavam a buscar soluções dentro da própria comunidade. Cabe aqui destacar que a proximidade entre as lideranças locais, alguns moradores mais engajados e ONGs ali atuantes também estimula este encaminhamento.

Visando propiciar uma maior conexão entre lideranças locais e moradores, bem como potencializar o acesso e a articulação entre serviços e recursos disponibilizados por ONGs e instituições públicas presentes nos Prazeres e na área da cidade em que o Morro se inscreve, foi organizado um mapeamento destas instâncias e criado o Fórum Comunitário do Morro dos Prazeres⁴⁸, ainda em 2011. Durante alguns meses, o Fórum funcionou com reuniões periódicas e abertas, onde se observava tanto a permanência quanto a renovação de participantes. Embora esta dinâmica tenha sido interrompida, o Fórum chegou a aproximar diferentes ações através de um plano de atuação conjunta para encaminhar problemas já existentes e planejar medidas preventivas, evitando situações indesejadas⁴⁹. Neste período, observamos um nítido aumento da publicização das demandas, dos entraves e das conquistas obtidas nos Prazeres, a potencialização das ações coletivas de mobilização e organização para defesa dos interesses dos moradores do Morro, bem como o aprimoramento destas estratégias.

Apesar do saldo positivo acumulado no período anterior, o processo das eleições municipais de 2012 marcou uma fase de retrocesso no tocante à organização da comunidade para encaminhar suas demandas e pleitos. Nesse contexto, disputas políticas entre as principais lideranças locais, que participavam tanto das eleições parlamentares quanto das eleições internas pela Associação de Moradores, levaram ao esfriamento do potencial de mobilização da comunidade. Dinâmicas de discussão e articulação democráticas, como a que vinha ocorrendo no Fórum Comunitário, privilegiando a tomada de decisões horizontais e o debate sobre questões de interesse dos moradores, foram progressivamente esvaziadas e/ou interrompidas. Refletindo as disputas entre as lideranças, as atividades realizadas pelas instituições, sobretudo as ONG's atuantes na favela, atravessaram um período de relativa desaceleração, por vezes sem um diálogo mais direto com as reais demandas da população.

Passado o período eleitoral, a recomposição das alianças entre os ativistas locais se revelou como resultante das eleições internas para a Associação de Moradores no Morro dos Prazeres. Assim, em 2013, enquanto observávamos a crescente mobilização dos movimentos de favelas denunciando a ostensiva militarização destas áreas e a escalada das remoções na cidade, a “consolidação” da UPP no Morro dos Prazeres e progressiva interferência da UPP Social na dinâmica de organização dos moradores parece se afirmar, travestida como resposta à antiga demanda da população pela aproximação e presença efetiva do Estado na favela.

Ao longo deste processo, chamou atenção a nítida perda de autonomia organizativa dos moradores, na medida em que a retomada deste movimento interno e a rearticulação da comunidade com o poder público passaram a seguir, de forma subordinada, o modelo do Café Comunitário, metodologia que já vinha sendo implementada em outras favelas pela UPP Social, visando a conciliação e a prevenção de confrontos políticos nestas áreas⁵⁰.

Os desdobramentos destas relações vão, evidentemente, além dos efeitos sobre a organização dos moradores. A partir do reforço da imagem da favela como local seguro sob a ótica da pacificação (antes território do crime, agora seguro e controlado pelo aparato estatal), a “integração favela-cidade” foi intensamente explorada no Morro dos Prazeres por eventos realizados no contexto da Copa das Confederações, especialmente na medida em que o potencial turístico da área tem sido progressiva e acriticamente valorizado como atrativo.

Seduzidas, de um lado, pela possibilidade de atrair os recursos necessários à melhoria dos espaços que habitam e, de outro lado, pela ideia de que a melhor forma (e talvez a única) de integrar a favela à cidade seja torná-la atraente para investimentos públicos, privados e provenientes de ONGs, algumas lideranças, nesta e em outras favelas, favorecem a venda destes territórios e a progressiva descaracterização do mesmo quando ela se aprofunda. Além disso, o aparelhamento e a cooptação de ativistas e lideranças, seja pelo poder público, seja pelas ONGs, favorece a fragmentação e o distanciamento entre as diversas frentes dos movimentos populares que congregam outras favelas e reforçam coletivamente distintos campos de luta, tornando a população “pacificada” para pouco reagir à entrada de projetos que podem ameaçar interesses genuínos da população, como é o caso do Morar Carioca, já previsto também para o Morro dos Prazeres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reproduzindo um traço histórico que parece caracterizar perversamente os registros das ações públicas no Brasil, observamos que também as intervenções urbanas realizadas nas grandes cidades acontecem em diferentes contextos, mas nem sempre dialogam entre si. Ao

contrário, ao invés de buscarem a reversão de insuficiências e desigualdades decorrentes das contradições socialmente produzidas, avançando na direção de um melhor atendimento aos anseios da maior parte da população, estas intervenções não raramente se *autoanulam*, revelando um *vai-e-vem* de decisões e gastos, de acordo com a correlação de forças e os interesses dominantes que predominam em dada conjuntura. Desta forma, as ações concretizadas no espaço urbano não necessariamente garantem benefícios para a população, a médio e longo prazo. Assim, observamos um certo *faz/desfaz* dos governos: às vezes urbaniza uma favela, investe recursos e formaliza o reconhecimento de sua existência para, pouco tempo depois, decidir removê-la. Este fenômeno, recorrente nas cidades brasileiras, pode ser visto no caso dos parques proletários, desenvolvidos como solução ao “problema” das favelas na década de 1940 e removidos na década de 1970, quando aquela parcela do solo urbano valorizou (BURGOS 2003: 28). Entre outros casos mais recentes, o Laboriaux é um exemplo desta tendência contraditória: foi urbanizado e inaugurado pela Prefeitura em 1982, sendo ameaçado de remoção total pela mesma esfera de governo, 28 anos depois.

Entretanto, antes de significar o que alguns poderiam considerar como dinâmicas naturais do desenvolvimento econômico e da reconfiguração das cidades assim dialeticamente produzidas, as contínuas redefinições observadas no espaço urbano revelam uma forma sistemática e nada democrática de nele acolher os setores mais pauperizados da população: a imposição compulsória de seu deslocamento, à custa de sucessivas interrupções na relação estabelecida entre estes segmentos - de forma coletiva ou individual - e o lugar que ocupam na cidade.

Essa disputa permanente pelo controle e uso do espaço urbano (presente de modo semelhante no meio rural), que se acirra na dinâmica do desenvolvimento capitalista, instiga os mais diversos movimentos contestatórios e de resistência por parte daqueles que lutam pelo reconhecimento de seu legítimo direito à cidade, posto que participam de sua produção. Inseridas neste amplo circuito, as três favelas estudadas podem ser caracterizadas tanto pela diversidade quanto pela fragmentação dos movimentos de resistência, ora sob a influência da cooptação política (GIUGNI et al.; 1999), ora pela sedução do “sonho de consumo da casa própria”, fora da favela (ONU-Habitat; 2013: 61). Neste campo, a situação recente permite também observar uma tendência à aproximação de movimentos endógenos e exógenos às localidades estudadas, formando um frente de resistência altamente midiaticizada, mas que enfrenta desafios de articulação, acentuados pela amplitude das escalas das reivindicações, alguns concentrando em contestações ligadas às condições de vida e à sociabilidade na(s) favela(s), outros revelando focos mais abrangentes, de convergência de todas as lutas sociais

urbanas, por moradia, ampliação da cidadania ou contra o sistema econômico e político brasileiro, de maneira global.

Nas favelas especificamente tratadas neste trabalho destacam-se também processos de criminalização/banalização das falas de resistência, estratégia histórica das elites dominantes no país que remonta a época inicial dos quilombos e cortiços. A favela é, assim, também reconhecida como forma espacial de resistência ao poder constituído, em que impera uma lógica *perigosamente distinta* da dominante que sustenta o sistema vigente, ainda que com ela estabeleça algumas inevitáveis conexões. As demandas trazidas por seus moradores são tratadas, assim, como questão de polícia e não como legítimas expressões da questão social (CAMPOS, 2004).

Entretanto, a conjuntura atual nos sugere que, se o acirramento dos conflitos urbanos em contextos de grande interesse à valorização do capital traz a intensificação das medidas de repressão popular, também pode favorecer a reversão de processos que aprofundem as expressões das contradições sociais caso os movimentos de resistência se demonstrem fortes, coesos e claramente focados em seus objetivos e estratégias. Neste sentido, o contexto “pré-Copa do Mundo” atualmente atravessado pela sociedade brasileira, na medida em que nitidamente contrapõem as lutas das favelas e a espetacularização da cidade com seus projetos multibilionários, torna-se palco igualável para a potencialização de processos de transformação societária que parecem iminentes.

Neste quadro, identificar e compreender os processos de construção e resgate de identidades coletivas com histórias de luta e organização de longa duração, tal como observamos no Morro da Providência, na Rocinha, no Morro dos Prazeres e em outras tantas favelas cariocas, torna-se tarefa primordial tanto para a academia quanto para a militância, quando comprometidas com a ampliação efetiva da democracia e do direito à cidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. DE ALMEIDA. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro, *Espaço & Debates* nº37, Revistas de estudos regionais e urbanos Cidade Brasileira, século XX. 1994, pp. 37-39.

ALBERGARIA, R; FERNANDES, L. L. “Organização e participação popular no Morro dos Prazeres (RJ): entre confrontos e diálogos com o poder público”. Trabalho apresentado na Jornada de Iniciação Científica da UFRJ, 2013.

ANDRADE, L. DA SILVA. *Espaço público e favelas : uma análise da dimensão pública dos espaços coletivos não-edificados da Rocinha*. UFRJ. Tese de Doutorado, 2002.

ARANTES, O. « Uma Estratégia Fatal : a cultura nas novas gestões urbanas », in O. Arantes, C. Vainer, E. Maricato, (orgs.), *A Cidade do Pensamento Único*. Rio de Janeiro: Vozes. 2000, pp.11-71.

BAUTES, N. & SOARES GONCALVES, R. “Sécuriser l’espace des pauvres. Sécurité publique et justice spatiale dans les favelas de Rio de Janeiro”, *Justice Spatiale/Spatial Justice. Pratiques de Sécurité en Ville* (coord. J. Tadié & M. Morelle), n°4.

⁵¹BAUTES, N. “Rapports à l’espace, discours et portée politique de l’activisme urbain à Mumbai: l’initiative URBZ face à l’élargissement de l’arène publique”, *L’information géographique*, Vol 76. (1/2012), p. 89-102.

BAUTÈS, N. DUPONT, V. & LANDY. F. « Acting from the Slums: Questioning Social Movement and Resistance », in M-C. Saglio-Yatzimirsky & Landy, F., orgs. *Megacity Slums: Social Exclusion, Space and Urban Policies in India and Brazil*, 2013.

BAUTES, N., BOISSINOT, & SAGLIO-YATZIMIRSKY, M-C. “Ressources foncières et pression immobilière à Mumbai”, *Tiers Monde, Dynamiques foncières dans les villes du Sud*, n°206, p. 55-74.

BENJAMIN, S. “Occupancy Urbanism: Radicalizing Politics and Economy beyond Policy and Programs”, *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 32.3, 2008, p. 719–29 (setembro).

BURGOS, M. “Dos Parques Proletários ao *Favela-Bairro*. As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. Em: ZALUAR, A e ALVITOS, M (org.). 2003. *Um Século de Favela*. Terceira Edição. Editora Fundação Getúlio Vargas.

CAMPOS, A. 2004. *Do Quilombo à Favela: A Produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Bertand Russel.

CAPEL, H. *El modelo Barcelona: un examen critico*, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005

CASTELLS, M. *The City and the Grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements*, University of California Press, 1983.

CHATTERJEE, P. 2004. *Politique des gouvernés. Réflexions sur la politique populaire dans la majeure partie du monde*, Paris, Éditions Amsterdam, 2009 [2004].

COCQ, S. O. L. ; FERNANDES, L. L. ; ICASURIAGA, G. M. L. . Resumo expandido “Projeto Integrado de Apoio Tecnológico e Social a Favelas Cariocas”. In: 5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária: As Fronteiras da Extensão. Porto Alegre. 2011.

CUNHA, N. V.; MELLO, M. A. S. Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, no. 3 - jul/ago/set 2011, p. 371-401.

DELGADO, M. *La ciudad mentirosa: fraude y miseria del "modelo Barcelona"*. Portada. Manuel Delgado. Los Libros de la Catarata, 2007.

FERNANDES, L. L. Sustentabilidade Urbana: considerações sobre o lugar da dimensão política no uso dessa 'nova' proposta no Rio de Janeiro. In: GOMES, M. F. C. M. & BARBOSA, M. J. S. (Orgs.). *Cidade e Sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência*. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010, p. 277-293.

FERNANDES, L. L.; ICASURIAGA, G. L. e D’OLIVEIRA, S. A. Le C.. “Fórum Comunitário do Morro dos Prazeres: a sustentabilidade pensada a partir do direito à cidade”. Workshop SUM – Rio: Semana Urbana de Mediação no Rio de Janeiro: lugares, apropriações e estética social. 2012

- FOUCAULT, M. *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, Paris, Ed. Gallimard, NRF.
- GIUGNI, M, McADAM, D, and TILLY, C (eds.). 1999. *How Social Movements Matter*. University of Minnesota Press.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: Espaço & Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Ano XVI, no 39, 1996, p.48-64.
- HARVEY, D.. *The Right to The City*. New Left Review. 53 Sept/Oct. 2008.
- KLINTOWITZ, D.C. A reinvenção da praça: a experiência da Rocinha e suas. Campinas : PUC. Dissertação de Mestrado, 2008.
- LEFEBVRE, H. “*O Direito à Cidade*”. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEITÃO, G. *Dos Barracos de Madeira aos Prédios de Quitinetes: Uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos*. Niteroi : Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.
- NÚCLEO DE TERRAS E HABITAÇÃO (NUTH) DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- O GLOBO, Denúncias e críticas à ação de militares na Providência, 16 junho. http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/06/16/denuncias_criticas_acao_de_militares_na_providencia-546824665.asp [15 September 2010].
- OLDFIELD, S. & STOKKE, K. Polemical Politics, the Local Politics of Community Organising, and Neoliberalism in South Africa. In Peck, J., Leitner, H., & Sheppard, E. *Contesting Neoliberalism: The Urban Frontier*. Connecticut: Guildford Press, 2006.
- OLIVEIRA, F. “O Estado e a Exceção – Ou o Estado de Exceção?”, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, no. 1, 2003.
- ONU-Habitat. 2013. *Scaling-up Affordable Housing Supply in Brazil: The ‘My House My Life’ Programme*.
- PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (PCRJ), 2009, In: http://www.planejamento.rj.gov.br/Projetos/plano_estrategico_2007_2010.pdf [02 de novembro 2013].
- ROUTLEDGE, P. “Putting politics in its place: Baliapal, India, as a terrain of resistance”, *Political Geography*, vol. 11, nº6, 1992, p. 588–611 (Novembro).
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SIMÉANT, J., Transnationalisation des mouvements sociaux, in Fillieule, O., Agrikoliansky, E. e Sommier, I. (eds), *Les mouvements sociaux*. Paris, Editions La Découverte, 2010, pp. 121–144.
- SOARES GONÇALVES, R. As favelas do Rio de Janeiro: historia e direito, Rio de Janeiro: PUC/PALLAS, coll. Ciências Sociais, nº83, 2013.
- SPOSATI, A. *Mapa da exclusão/inclusão Social da cidade de São Paulo. Dinâmicas dos anos 90*. CD-rom. São Paulo: PUC/SP, Inpe e Polis, 2000.
- TOURAINÉ, A. *An Introduction to the Study of Social Movements*. Social Research, Vol. 52, No. 4, *Social Movements* (WINTER 1985).

TURRADO, V. *Racionalidade, resistência e especulação no espaço urbano: a Política de Regularização Fundiária no Brasil (Rio de Janeiro) e na Argentina (Buenos Aires)*, Tese de doutorado da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012

VAINER C.B., Megaeventos podem transformar Rio em 'cidade de exceção', in Socialismo.org: <http://www.socialismo.org.br/portal/habitacao-e-saneamento/119-artigo/1439-megaeventos-podem-transformar-rio-em-cidade-de-excecao> (24 de outubro de 2013)

VAINER, C. B., MARICATO, E., ARANTES, O., *A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos*, Petropolis: Vozes, 2000.

WILLIAMSON & HORA, "In the name of the future, Rio is destroying its past", New York Times, 12/08/2012, http://www.nytimes.com/2012/08/13/opinion/in-the-name-of-the-future-rio-is-destroying-its-past.html?_r=0 (14 de setembro de 2013).

Sites

COMITÉ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS: <http://comitepopulario.wordpress.com/>

FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO: <http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/>

RIO ON WATCH: <http://rioonwatch.org/>

ROCINHA SEM FRONTEIRAS: <http://1mundoreal.org/pt-br/resumo-e-analise-da-reuniao-rocinha-sem-fronteiras-21092013> e <http://1mundoreal.org/rocinha-sem-fronteiras>

NOTAS

¹ De fato, tal fenômeno nos parece ir muito além dos megaeventos, como ilustra a forte mobilização nas cidades brasileiras onde foram registrados importantes protestos, entre eles, os contrários ao aumento das passagens já anunciados em 2012, quase um ano antes de ocorrerem no Rio e em São Paulo. Ver: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2012/08/grupo-protesta-contr-aumento-de-passagem-em-natal-e-interdita-br.html>.

² Para dados oficiais, ver: Instituto Pereira Passos, Prefeitura do Rio de Janeiro, Cadernos do Rio, junho de 2013. Segundo estes dados, a desigualdade e a pobreza diminuírem, mas continuam altos. Para uma análise destes dados, ver o artigo de Rolnik, "Onde morar por menos de R\$ 500?", *Folha de São Paulo*, 18/11/2013: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2013/11/1372735-onde-morar-por-menos-de-r-500.shtml>. Tudo indica que as políticas de transferência (principalmente incluídas no dispositivo bolsa família), chegaram ao seu limite. Sem transformações estruturais, a situação geral destes segmentos não melhora.

³ A geografia do Rio não revela a clara oposição entre "espaços de riqueza" e "bolsões de pobreza" (SPOSATI, 2000). A organização mais sutil do espaço vem sendo projetada, indicando os complexos mecanismos de troca relacionados com a fragmentação e diversificação dos locais de atividade econômica na cidade. Ver também <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/11/1367520-avanco-da-classe-c-nao-melhora-vida-nas-favelas-aponta-ibge.shtml>

⁴ Os resultados das intervenções urbanísticas projetadas para megaeventos esportivos em várias cidades de diferentes continentes não têm sido encorajadores, como indicam as experiências de Montreal (1976), Atenas (2004) e na África do Sul (2010), mas a principal referência que guiou Rio a aplicar para sediar esses eventos foi a cidade de Barcelona, que promoveu um amplo processo de renovação urbana, por ocasião dos Jogos Olímpicos de 1992. No entanto, um partido socialista, com compromissos com os movimentos populares, regia Barcelona na época das Olimpíadas. Não se pode negar, no caso de Barcelona, a existência de uma sociedade civil forte, do ponto de vista político, que favoreceu a participação. Ainda assim, Barcelona é alvo de críticas (CAPEL, 2005; DELGADO, 2007; VAINER, MARICATO, ARANTES, 2000), pois a desigualdade social continua a ser um problema na cidade, que deu especial atenção à produção de uma bela imagem, especialmente em áreas nobres.

⁵ Os planos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro podem ser acessados no site da Prefeitura: <http://www0.rio.rj.gov.br/planoestrategico/>

⁶ Não surpreendentemente, empresas especializadas em passeios de favelas e estrangeiros que abrem albergues e *bed and breakfast* em favelas têm crescido rapidamente nos últimos anos. Porém, numa administração que arroga ser firme no controle da "ordem", da "formalidade" e na luta contra todos os "ilegalismos" (FOUCAULT, 1975), não se conhece qualquer fiscalização destes negócios, nitidamente especulativos. Muitos correm ilegalmente, sujeitos às leis urbanísticas únicas (AEIS / ZEIS).

⁷ Neste sentido, dezenas de favelas, num primeiro momento aquelas localizadas em áreas centrais, consideradas como ameaças à segurança pública, desde 2008, vêm sendo fortemente ocupadas pelas Unidades de Polícia "Pacíficadora" (UPPs), induzindo a redução dos problemas concernentes à relação destas áreas com o restante da cidade a meras questões de paisagem urbana, excluindo sua história e suas relações sociais com a geografia sociocultural do Rio de Janeiro (BAUTES & SOARES, 2011; CUNHA & MELLO, 2011).

⁸ O Plano Estratégico da Cidade 2013-2016 prevê uma redução de 5% das favelas da cidade e a eliminação de residências em áreas de proteção ambiental e áreas de risco, sendo que os critérios utilizados para a definição destas condições têm sido fortemente manipulados pelo grande capital, frequentemente penalizando e atingindo de forma arbitrária a população residente em favelas.

⁹ Por exemplo, se, por um lado, estas ações impulsionam melhorias nas condições sociais e na promoção das atividades econômicas locais, por outro lado aprofundam as desigualdades socioespaciais existentes, muitas vezes expulsando destas áreas (geralmente pelo aumento dos custos necessários para arcar com a valorização destes mesmos territórios) os segmentos mais pauperizados que nela encontravam abrigo e condições, ainda que limitadas, de sobrevivência.

¹⁰ "O Rio entrou para a Lista na categoria de paisagem cultural pelo cenário urbano excepcional da cidade, constituído por elementos naturais que moldam e inspiram seu desenvolvimento: desde a entrada da Baía de Guanabara, aos Morros do Pão de Açúcar, passando pela enseada de Botafogo e a orla de Copacabana; até alcançar os pontos mais altos das montanhas do Parque Nacional da Tijuca. O sítio do Patrimônio Mundial, aprovado pelo Comitê, reúne também o Jardim Botânico, o Corcovado, e as paisagens urbanas projetadas na área. O Comitê também reconhece a relevância da inspiração artística que o Rio oferece a músicos, paisagistas e urbanistas." (<http://www.onu.org.br/unesco-aprova-rio-de-janeiro-como-patrimonio-mundial-da-humanidade>).

¹¹ Em Maio de 2013, o Ministério do Meio Ambiente ordenou remover todas as 525 famílias que vivem dentro dos limites do Jardim Botânico, provocando forte mobilização das famílias ali residentes, algumas já residentes há 5 gerações. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-04-03/no-rio-moradores-da-comunidade-do-horto-mantem-vigilancia-para-impedir-remocao-de-casas>.

¹² Vainer (2010) fala da *cidade de exceção*, que se apresenta como "a forma legal daquilo que não pode ter forma legal", "essa terra de ninguém, entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida" (AGAMBEN, 2004:12, citado por VAINER, 2010).

¹³ Embora não se possa dizer que as gestões do Prefeito Cesar Maia (2000 – 2008), imediatamente anteriores a estas, possuísem traços de comprometimento com os interesses populares e de democratização do direito à cidade, no que se referiu às favelas foi possível registrar um maior peso à urbanização destes espaços e à regularização fundiária de outros assentamentos informais do que à remoção das populações ali residentes. Por outro lado, a bandeira do desenvolvimento sustentável, bastante explorada neste período, abrandou a visibilidade da dimensão política que perpassava as desigualdades materializadas na cidade e que foram reprimidas e enquadradas de acordo como os interesses dominantes, como se observou no trato do comércio ambulante informal, por exemplo.

¹⁴ <http://www.valor.com.br/politica/3083728/mp-pede-cassacao-do-prefeito-eduardo-paes-por-remocoes-compulsorias>.

¹⁵ O principal dispositivo que suporta as parcerias público-privadas no contexto urbano é a Lei sobre Operação Urbana Consorciada, instrumento de política urbana previsto na Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição Federal.

¹⁶ Inúmeros exemplos de movimentos organizados que definem propostas de intervenção alternativas podem ser observados no Rio de Janeiro. Entre elas, as negociações a respeito da remoção da favela Vila Autódromo, na Barra de Tijuca, vêm mobilizando a esfera dos movimentos sociais, urbanistas e acadêmicos. No campo das denúncias outros movimentos têm sido igualmente relevantes. Ver <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/09/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>

¹⁷ O projeto Cimento Social, de iniciativa do então Senador Marcelo Crivella, tinha o objetivo de recuperar residências já existentes, com verbas do Ministério das Cidades (um orçamento de R\$ 12 milhões), contando com a atuação do Ministério da Defesa, com o Exército, que inicialmente faria as obras, dando proteção a elas. No Morro da Providência, primeiro lugar de atuação, previa tornar 80 casas "mais dignas". Atualmente, o projeto encontra-se parado.

¹⁸ <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1466234>

¹⁹ Conforme Fernandes (2010), com base nesta mesma justificativa, a Pedra Lisa vem padecendo de maior atenção por parte do poder público desde que o Morro da Providência foi contemplado com o Programa Favela-Bairro, em 2005. Outras ações voltaram-se para esta favela, como o Museu a Céu Aberto (2006) e o Programa Cimento Social (2007). Olhando em perspectiva, podemos supor que os moradores da Pedra Lisa não foram casualmente esquecidos, mas propositalmente excluídos de qualquer intervenção que exigisse gastos públicos, já que os planos da prefeitura carioca para aquela região são, evidentemente, outros.

²⁰ GEO-RIO, a Fundação Instituto de Geotécnica (GEO-RIO), formada por engenheiros e geólogos, é o órgão da Secretaria Municipal de Obras responsável pela contenção de encostas, realizando vistorias e definindo as obras necessárias para garantir a segurança destas áreas. O relatório final, elaborado pela GEO-RIO/Concremat Engenharia é intitulado “Apoio técnico para mapeamento geológico em encostas ». Foi divulgado pela Prefeitura em dezembro de 2010.

²¹ Ver Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro 2013, já citado.

²² Esta decisão encontrou-se reforçada pelo contra-laudo efetuado pelo engenheiro civil Maurício Campos dos Santos e pelo arquiteto do CREA/RJ Marcos de Faria Asevedo, que integram o Coletivo Técnico de apoio ao NUTH. Ver relatório em http://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf

²³ Tal dinâmica, ainda mantida ao final 2013, reveste-se de uma escala nacional cada vez mais ampla na medida em que se aproximam os megaeventos, pois o Comitê não limita a sua atuação ao Rio de Janeiro, implicando todas as cidades que participarão da Copa do Mundo de Futebol.

²⁴ Este órgão de mediação, criado através de parceria entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio, previa um investimento de quase R\$ 1 milhão na capacitação de agentes de mediação por meio do projeto Justiça Comunitária.

²⁵ <http://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-mpf-fcp.pdf>

²⁶ Sobre o caso de favelas na Índia, ver BAUTES & ali., 2011.

²⁷ O blog de informação, criado em 2010 por Theresa Wiliamson, é uma das poucas fontes de informação em inglês sobre o assunto (F. Clarke, *Rio on Watch*, 3/08/13). A produção midiática atua também como forma de mediação em outras arenas políticas. Integrando a mídia alternativa, informam da atualidade dos movimentos, dos lugares e horários dos encontros e denunciam situações de violação dos direitos dos cidadãos, contando com apoios importantes dos atores resistentes. Sobretudo através de redes sociais, se tornam formadores de opinião tanto local quanto internacionalmente (BAUTES, 2012); ao mesmo tempo, como eco de reivindicações locais, acontecem numa certa decalagem temporal e espacial, denunciando sem que estas informações possam ter um efeito local esperado.

²⁸ http://www.nytimes.com/2012/08/13/opinion/in-the-name-of-the-future-rio-is-destroying-its-past.html?_r=0

²⁹ A maior parte das informações obtidas para esta análise foi sistematizada pelo pesquisador Marcos David Burgos, um dos coautores deste trabalho, que desde 2001 se instalou neste sub-bairro para fins de pesquisa e de moradia.

³⁰ Lembramos que, no entendimento deste trabalho, os movimentos de resistência podem ser endógenos, exógenos, ou uma combinação de ambos.

³¹ De acordo com Klintowitz, Laboriaux tem cerca de 7.000 habitantes (2008: 135), embora o mais recente (2009) censo do PAC coloca sua população mais perto de 2.700. Com base em 13 anos de pesquisa e moradia no Laboriaux, colocamos sua população entre esses dois extremos, mas mais perto da estimativa do governo.

³² Durante os anos que antecederam a obra, os moradores na parte baixa da Rocinha limpavam a vala, em mutirões, a cada domingo. Para mais informação sobre os mutirões na Rocinha, ver: *Varal de Lembranças: Histórias da Rocinha*: 1983: 107-129.

³³ Segundo o Corpo de Bombeiros, chegou a 253 o número de mortos em decorrência destas chuvas no estado, sendo que o município mais atingido foi Niterói, na Região Metropolitana do Rio, que nos primeiros dias após o ocorrido já registrava 167 vítimas fatais, muitas delas em função no deslizamento no Morro do Bumba. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/04/chuva-ja-deixa-253-mortos-no-estado-do-rio.html>. Acessado 20/11/2013

³⁴ Conforme Fernandes (2010), no contexto próximo à realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, ou seja, entre 2006 e 2007, o argumento do risco ambiental foi constantemente explorado, em associação à ideia de sustentabilidade urbana, para justificar remoções em áreas estratégicas da cidade.

³⁵ Magalhães, Luiz Ernesto. "Chuva no Rio: Após deslizamentos, Paes anuncia remoção de comunidades em

Santa Teresa e na Rocinha" Versão on-line do Jornal *O Globo* 07/04/2010. Acessado nov. de 2013. <http://oglobo.globo.com/rio/chuva-no-rio-apos-deslizamentos-paes-anuncia-remocao-de-comunidades-em-santa-teresa-na-rocinha-3027921>

³⁶ <http://oglobo.globo.com/rio/traficantes-proibem-profissionais-de-escola-da-rocinha-de-tirar-materiais-da-unidade-3011150>. Acessado 17/11/2013

³⁷ Entre as manifestações, merece destaque a que recebeu e causou incômodo ao governador Sérgio Cabral, em julho de 2010, quando este foi à Rocinha para inaugurar uma nova passarela construída com recurso do PAC 1, como parte da sua campanha de reeleição. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/06/passarela-feita-por-niemeyer-para-rocinha-e-inaugurada.html>. Acessado em 18/11/2013.

³⁸ Os moradores do Laboriaux, ao lado dos moradores de outras favelas afetadas, formaram a maior resistência contra remoção desde a ditadura militar no Brasil dos anos 1960 e 70. No caso do Laboriaux, venceram.

³⁹ Esta foi iniciada por alguns moradores jovens e universitários da Rocinha que tomaram rápido conhecimento das manifestações de classe média, do estilo Facebook e Twitter, e outras de abrangência popular que vinham se intensificando nas ruas do Rio de Janeiro. Este foi, sem dúvida, um dos maiores protestos de moradores de favelas na história do Brasil. <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/01/moradores-da-rocinha-iniciam-passeata-rumo-a-rua-onde-mora-o-governador-do-rio.htm>. Acesso em 20/11/2013.

⁴⁰ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1303119-apos-reuniao-com-manifestantes-cabral-amplia-o-pac-da-rocinha.shtml>

⁴¹ Estimativa do Rodrigo Dalvi Santana, analista de infraestrutura do Ministério das Cidades que trabalha no PAC 1 e 2 na Rocinha durante uma reunião em setembro da Rocinha sem Fronteiras.

⁴² <http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-24143780>. Acessado 17/11/2013

⁴³ Ver <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,paes-afirma-que-ira-remover-todos-os-moradores-do-morro-dos-prazeres-e-laboriaux,535225,0.htm>

⁴⁴ <http://www.rio.rj.gov.br/web/smo/exibeconteudo?article-id=96358>

⁴⁵ Iniciado neste contexto, o suporte da UFRJ ao Morro dos Prazeres envolveu docentes e alunos dos cursos de Serviço Social, Arquitetura, Direito, Psicologia, Engenharia e Geografia. O desdobramento deste trabalho levou à elaboração de projeto de extensão interdisciplinar, registrado na PR5 em 2011, 2012 e 2013, visando apoiar e fortalecer as iniciativas locais a partir de assessoria profissional. (COCQ, S; FERNANDES, L. L. & ICASURIAGA, G. M. L.; 2011).

⁴⁶ Participaram diretamente deste trabalho professores da UFRJ, engenheiros e arquitetos do Coletivo Técnico então vinculado ao NUTH, assim como estudantes integrantes do Núcleo Estudantil de Apoio à Reforma Agrária (NEARA).

⁴⁷ Entre as ações que mobilizam os moradores do Morro dos Prazeres com maior continuidade se destacam aquelas vinculadas à coleta seletiva do lixo, como o Projeto RecilAção, coordenado pelo grupo PROA, de origem comunitária.

⁴⁸ FERNANDES; ICASURIAGA; D'OLIVEIRA (2012).

⁴⁹ Entre as diversas ações desenvolvidas, destacaram-se as campanhas frequentes de coleta de lixo e combate à Dengue, organizadas pela COMLURB e pela Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com organizações da própria comunidade, tais como o Grupo PROA, o Galera.com e a Equilíbrio Sustentável. Há que se destacar, ainda, o envolvimento da UPP-Social em atividades esportivas na favela.

⁵⁰ No formato como se desenvolveu no Morro dos Prazeres, tal modelo se dividia em 3 ciclos de encaminhamentos: 1º, uma reunião ampla com a comunidade para estabelecer e levantar as principais demandas; 2º, uma reunião com instituições e entidades responsáveis pela gestão dos assuntos levantados no 1º ciclo; 3º, uma reunião com os moradores para dar retorno das questões encaminhadas (ALBERGARIA, R & FERNANDES, L.L.; 2013).

51